



**Pedagogia freireana nas feiras livres:
Integrando Comunicação e educação no campo¹**

Merli Leal SILVA²;
Luiz Gabriel STROFF³
Universidade Federal do Pampa, São Borja, RS

RESUMO

A integração da comunicação no contexto educativo e produtivo do campo a partir de projeto de extensão pedagogia freireana possibilitou construir conhecimento com agricultores e assentados, gerando produtos comunicativos inovadores e capacitação da comunidade para o uso do marketing na venda de produtos orgânicos. O trabalho será descrito e suas ações e resultados analisados.

PALAVRAS-CHAVE: educação e comunicação no campo; pedagogia freireana; agricultura familiar; produção orgânica; marketing.

Introdução

“A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo. É preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação.” Paulo Freire (1980, p. 40).

A comunicação tem o poder de transformar realidades. Sua dimensão social ultrapassa fronteiras e torna possível estabelecer contato com pessoas de contextos distintos para ações coletivas de empoderamento político e geração de renda. Um projeto de extensão é um mundo aberto, é o momento em que alunos e professores saem dos muros da universidade e se abrem para aprender no “tempo comunidade”. É no relacionamento com o espaço que nos rodeia que conseguimos superar preconceitos e ampliar nossa visão de conhecimento. Um agricultor familiar produz a comida de toda a comunidade, se auto-sustenta e luta por manter viva uma relação com a cultura da terra. Um assentamento é

¹ Trabalho apresentado no Intercom Jr IJ07– Comunicação, Espaço e Cidadania do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

² Professora Dra. Em educação pela USP e professora adjunta do curso de comunicação da UNIPAMPA, coordenadora do projeto de pedagogia freireana: educação e comunicação no campo

³ Acadêmico do curso de comunicação social- Publicidade e Propaganda pela UNIPAMPA, bolsista de extensão do projeto de pedagogia freireana: educação e comunicação no campo.



outro espaço produtivo singular, dentro da mesma paisagem campesina. Muitas coisas unem estes dois grupos produtivos, mas através do trabalho realizado na extensão, hoje possuem também formação e suporte para construir o marketing para a venda qualificada da produção agroecológica. Parece pouco, mas um ano atrás a cidade não tinha uma feira orgânica e pouco se sabia ou falava de produção de alimentos sem veneno. Durante 09 meses a equipe foi semanalmente para as propriedades com um agrônomo para aulas práticas de produção de biofertilizante. Com as duas propriedades em processo de transição orgânica, foi possível inverter a lógica de uso de adubo químico e trazer ao mercado produtos limpos e agricultoras conscientizadas. O trabalho foi realizado de forma gradual, com interação constante com as pessoas da propriedade, vivenciando o cotidiano e criando laços com as famílias. Cada encontro torna-se espaço de debate, discussão, trocas e aprendizados mútuos. O resultado do trabalho de campo e das capacitações realizadas para a criação de materiais de divulgação gerou estratégias comunicativas educativas e táticas de grande impacto na venda dos produtos nas feiras da cidade. O grande desafio era comunicar a população da cidade que havia gente produzindo sem usar veneno e que a universidade federal do pampa era parceria dos produtores construindo uma feira com eles dentro do campus SÃO BORJA.

O papel das feiras livres

Uma feira de alimentos ao ar livre, onde quem produz encontra diretamente o consumidor e para ele oferta produto fresco e sem a figura do atravessador.

As feiras-livres podem ser caracterizadas como fenômenos econômicos e sociais muito antigos tendo sido consolidadas na Idade Média entre Gregos e Romanos. Entretanto, tais práticas, são tão antigas que remontam aos primeiros agrupamentos humanos, desde que o homem deixou de ser nômade e fixou-se sobre a terra, domesticando animais e criando a agricultura. Vale destacar, ainda, que existem registros de comerciantes do início da Era cristã. No Brasil, desde o período Colonial, as feiras-livres se fazem presentes como importante tradição cultural ibérica implantada pelos colonizadores em nosso país. Nesse contexto afirma-se que as feiras medievais portuguesas, cuja periodicidade chegava a ser até semestral ou anual devido à intensa e rigorosa preparação que exigiam, refletiram na organização das feiras brasileiras. O trabalho de preparação de uma feira de produtores da agricultura familiar é exaustivo: a produção deve ser colhida, higienizada, embalada e



organizada para ser transportada. Após o transporte ao local onde a feira acontece, há de descarregar e dispor os produtos de forma atraente e organizada. Receber o consumidor, informar como tudo é produzido, criar laços com os clientes e divulgar o que é feito através de peças de propaganda, embalagens, selos dos produtos, mídias nas redes sociais, fotografias, vídeos, assessoria de imprensa e atividades formativas de uso da comunicação. Cada feira requer o mesmo esforço continuado de mostrar a qualidade da produção agroecológica nascendo na cidade. As campanhas de divulgação realizadas por vários suportes vai educando a comunidade para o perigo dos venenos na alimentação, do valor do alimento orgânico e da vantagem em comprar produtos direto do produtor, fazendo crescer a economia local e fixando as pessoas no campo.

O contexto da pesquisa-ação

A cidade de São Borja fica aproximadamente a 600 km da capital, Porto Alegre. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), primitivamente, São Borja foi aldeia de indígenas do grupo Tupi-Guarani. O povoado banhado pelo rio Uruguai foi fundado em 1682, ocasião do retorno jesuítico às Missões Orientais, sendo o mais antigo dos chamados Sete Povos das Missões. São Borja é uma cidade em que o território agrícola mantém a presença de latifúndios em grande quantidade, proporcionalmente muito mais elevada do que a do próprio estado de Porto Alegre. Tal situação se reflete diretamente na distribuição de renda e condições sociais da população do município. Praticamente não há produção de hortaliças e frutas na cidade, a agricultura familiar produz pouco e a maioria dos alimentos precisa vir de outras cidades. Não há produção agroecológica e as terras são ocupadas quase que exclusivamente por plantação de soja e criação extensiva de gado. O uso de herbicidas e agrotóxicos é predominante, o que é péssimo do ponto de vista ambiental. É neste contexto de coronelismo, latifúndio e poder político difuso, que a agricultura familiar busca sobreviver e as escolas do campo lutam para não fechar suas portas. O método utilizado nas ações de extensão é a pesquisa-ação, que busca refletir sobre os fenômenos sociais na prática, em oposição à pesquisa tradicional, que é considerada como “independente”, “não-reativa” e “objetiva”. Como o próprio nome já diz a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação ou prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática. É, portanto, uma maneira de se fazer pesquisa em situações em que também se é uma pessoa da prática e



se deseja melhorar a compreensão desta. A pesquisa-ação surgiu da necessidade de superar a lacuna entre teoria e prática. Uma das características desse tipo de pesquisa é que através dela se procura intervir na prática de modo inovador já no decorrer do próprio processo de pesquisa, e não apenas como possível consequência de uma recomendação na etapa final do projeto. A forma do fazer freireano é no campo de batalha, mergulhando nas realidades e interagindo com elas. Neste sentido, o trabalho extensionista em educação popular no campo integra o político e o pedagógico, uma vez que a educação popular é prática social compromissada com as classes oprimidas. A agricultura familiar, em regiões onde predomina a monocultura e o latifúndio, ocorre pelo desejo do pequeno produtor de se manter na terra com sua família. Sua sustentabilidade econômica vem da terra e do desejo em ver seus filhos e netos produzindo alimentos de forma sustentável. Os sistemas produtivos baseados nesse tipo de trabalho são um contraponto ao sistema que utiliza unidades produtivas de grande porte e emprega mão-de-obra assalariada ou volante. A agricultura familiar hoje é responsável por produzir os alimentos consumidos por indivíduos do campo e da cidade. A realidade brasileira mostra que esse tipo de agricultura ficou por ano relegado a poucos investimentos e incentivos por parte do poder público, mesmo produzindo aproximadamente 70% do que chega à mesa do povo. Para fomentar e fortalecer a agricultura familiar no Brasil é fundamental construir com as famílias agricultoras um processo permanente de educação para a sustentabilidade e para a segurança alimentar, divulgando práticas inovadoras de interação entre conhecimento popular e produção acadêmica. Estes são alguns dos desafios deste projeto.

Agricultura familiar e processo de educação popular

Para aprofundar a reflexão em torno do tema da educação no campo com agricultura familiar, é fundamental definir quem são os atores sociais deste contexto. Segundo Neves (2012), a agricultura familiar diferencia-se da agricultura patronal e da agricultura campesina a partir de um viés organizativo da produção e das relações de trabalho. Neste sentido, é um arranjo produtivo onde os membros da família atuam em todos os processos e são beneficiados por políticas públicas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) decreto número 1.946, (BRASIL, 1996). Segunda a autora citada, trata-se de uma agricultura de subsistência, voltada a suprir as necessidades da família, primeiramente. Outro fator diferenciador desse tipo de produção é que ele é



economicamente camponês, isto é, o modo de produzir é orientado por objetivos construídos pela vida familiar e comunidade próxima, integrando-se à vida das cidades através das feiras e mercados. O contexto onde o produtor vende diretamente ao consumidor é uma característica importante na agricultura familiar do município de São Borja. Neves (2012, p. 33), a agricultura familiar “[...] corresponde às formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas.”. Essa condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento, porque referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constrange certos modos de inserção no mercado produtor e consumidor. Na etapa que descrevemos no presente trabalho os agricultores começam a inserir sua produção no mercado e constroem com a equipe conhecimentos sobre comercialização de produtos agroecológicos: produto; preço; ponto de venda; promoção.

O cotidiano da vida produtiva no campo

Este trabalho está centrado na valorização do ser humano, do agente social e da participação popular, exigindo a observância de valores como: autonomia, democracia, dignidade humana, solidariedade, equidade e o respeito ao meio ambiente. Para caracterizar o sujeito do campo neste trabalho, utilizamos da etnografia como base metodológica, uma vez que dialoga igualmente com o método freireano. Uma das características principais dos estudos etnográficos relaciona-se com a presença prolongada do investigador nos contextos em estudo, e a interação com as pessoas, as situações e os acontecimentos. Trata-se de um método de investigação cujo principal instrumento é o próprio investigador e sua equipe. Como tal, torna-se crucial a sua entrada, aceitação e participação nos contextos, nos processos e nas vidas cotidianas dos sujeitos-atores e parceiros da experiência. Como entendemos não ser possível estudar a realidade social como uma unidade, este estudo está constituído a partir da divisão em dois grupos de investigação, definidos com base em perspectivas teóricas que funcionaram como lentes para observar, descrever e interpretar as dinâmicas locais, e também com base no conhecimento previamente adquirido, fruto de vivenciais, momentos e situações de imersão no terreno, ora com um caráter mais informal – visitas, conversações, idas ao ponto de venda, feiras, leituras de documentos, etc. –, ora mais



estruturado e intencional, produzindo o biofertilizante com a equipe. O principal critério que norteou a opção por estes dois focos de investigação foi a possibilidade de observar e analisar dinâmicas produtivas locais, de forma a construir uma transição para a agroecológica. Pretendíamos, assim, identificar e compreender especificidades, interfaces e tensões; assimilar diferentes sociabilidades que se constroem em um processo de ruptura com um paradigma conhecido: a produção agrícola com insumos químicos. O primeiro foco de investigação-ação nos levou a entender o processo produtivo em propriedades de agricultura familiar, gerenciada por famílias. O segundo foi a busca por presenciar a aplicação do processo em dois assentamentos do MST em São Borja.

Para Geertz (1989), praticar etnografia não é somente estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos ou manter um diário, “[.] o que define [a etnografia] é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’ [.]” (GEERTZ, 1989, p. 15). A descrição densa dessa investigação passa pela definição do território onde ela acontece, o território camponês. Segundo o dicionário de educação e do campo, organizado por Caldart(2012), território camponês é o espaço de vida camponês, lugar onde uma diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. É nele que se constituem as relações de produção na unidade familiar e também o lugar de moradia dos membros. Esse território tem como proposta produtiva a agropecuária e a produção de alimentos para as comunidades urbanas. Em sua quase totalidade, a produção camponesa está subordinada ao mercado capitalista em todas as nuances de sua penetração social. O assentamento é um espaço produtivo onde as famílias trabalham para a feira de modo coletivo, diferente dos agricultores familiares não assentados.

Segundo Caldart (2012), o assentamento como unidade produtiva possui especificidades em relação à produção, consumo, trabalho, moradia, lazer, vida, sociabilidade e cotidianos relacionais. Ainda, segundo a autora, os assentamentos assumem várias configurações: coletivos; individuais; agrícolas; pluriativos; habitações em lotes; frutos de programas governamentais, com poucas/muitas famílias ou organizados politicamente por cooperativas e movimentos sociais. O traço comum é a precariedade e carência de infraestrutura básica, característica que se repete na maioria dos projetos de assentamento, penalizando as famílias, submetendo-as a condições de vida bastante degradantes. Cada um dos assentamentos iniciantes no projeto de transição é totalmente diferente dos demais, em forma e em conteúdo produtivo. Para os pequenos proprietários, eles ainda



são simplesmente “os sem-terra”, fato que afasta os grupos produtivos e cria um antagonismo predatório. A formação de cooperativas e do sistema de economia solidária, com este cenário hostil, tem sido um desafio ainda distante de ser cumprido. Na área camponesa, a festa, o jogo, a religião, o esporte, a forma de resolver problemas, a produção cultural, a troca de experiências entre membros da comunidade e as relações sociais são permeadas pela confiança e cooperação entre seus membros. A presença da figura feminina na produção e reprodução da vida é fator integrador entre as mulheres camponesas. Segundo Caldart (2012), a práxis do movimento de mulheres camponesas, embora sujeita às contradições, revela-se portadora de uma dinâmica educativa e de uma mística libertadora/emancipatória, ambas imbricadas no eixo gênero, classe, projeto de agricultura camponesa e projeto popular, que se constitui na própria identidade do movimento. São características marcantes das trabalhadoras do campo o cuidado com as várias formas de vida, o acolhimento e a preservação de vínculos afetivos; na escuta sensível, no respeito e no diálogo conscientizado como base de novas relações entre os povos.

Agricultura familiar e mercados:

Como vender a ideologia da produção orgânica

Pensar além do capital, na perspectiva de Mézáros (2002), é fazer os indivíduos viverem positivamente à altura dos desafios das condições sociais, historicamente em transformação. O capital embebe a todos dos valores da sociedade de mercadorias, como algo natural e lógico. Analisar a produção de alimentos pelo pequeno produtor e assentado é buscar entender uma lógica produtiva menos contaminada pela sociedade de consumo pós-moderna. Pensar educação e o trabalho no campo é buscar outras relações de produção.

O trabalho, que deveria ser uma propriedade *interna*, ativa, do homem, em consequência da alienação capitalista se torna exterior ao trabalhador (‘o trabalho é exterior ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser essencial; [...] O trabalhador, portanto, só se sente ele mesmo fora de seu trabalho, e em seu trabalho sente-se fora de si mesmo’). (...) A alienação transforma a atividade espontânea no “trabalho forçado”, uma atividade que é um simples meio de obter fins essencialmente animais (comer, beber, procriar), e com



isso ‘o que é animal se torna humano e o que é humano se torna animal’. (MÉSZÁROS, 1981, p. 141).

Ao relacionarmos os fazeres do campo com o contexto político e social da agricultura familiar, veremos que são estes trabalhadores e trabalhadoras que dão forma ao pão, ao queijo, aos sonhos da pequena propriedade. Ainda assim, não há real valorização da importância desse grupo, uma vez que a região rural de São Borja é formada predominantemente por latifúndios e monocultura, e pelo poder do agronegócio. A opção por outra forma de produção está ausente nas conversas e nas práticas. No trabalho de formação com o grupo utilizamos uma série de Oficinas orientadas por temas geradores. Na concepção freireana, temas geradores são temas que motivam as pessoas, porque falam de suas realidades, mostram as dificuldades e as possibilidades de mudança do que está posto, e potencializando a vontade amorosa de mudar o mundo. A busca pela produção sustentável com este grupo é intensamente debatida. Por qual motivo não há ainda unidades produtivas orgânicas certificadas na região? A grande questão nessa fase do projeto é agregar valor aos produtos, uma vez que o manejo e a forma de usar insumos estão mudando. Aos camponeses, aumentar a renda e a qualidade de vida das famílias é fundamental, mas o sistema produtivo tradicional os escraviza e submete a um atravessador. Nossa proposta é consolidar as vendas e certificar os produtos dos grupos de forma solidária, inserindo continuamente técnicas de comercialização diferenciadas para produtos orgânicos e estabelecer com a área urbana uma parceria para consumo consciente e segurança alimentar através de comunicação educativa e pertinente.

Agroecologia e educação popular no campo

A agroecologia não entrou neste projeto por acaso. Ela é uma crença de toda a equipe e serve de suporte para todas as decisões formativas no campo. Creemos que há necessidade de coerência em todas as fases de uma proposta baseada em Paulo Freire e na educação popular. Segundo Paludo (2001), a educação popular continua viva, atual e necessária. Sua atualidade tem a ver com a crise social que penaliza, principalmente, a classe popular; e pela necessidade histórica de um novo projeto de sociedade. O capital, da forma como se instituiu, gera exploração e opressão. A autora defende ainda que o que se busca é a efetivação do direito de uma vida digna, e compreende que o atual direcionamento do projeto de modernidade precisa ser transformado. Nesse sentido, o sistema agroecológico nos parece o que mais coaduna com o projeto de sociedade, preconizado pela educação



popular. Algumas características citadas por Caldart(2012), no verbete agroecologia, são bastante definitivas como opção produtiva e ideológica, a saber:

[...] é um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários camponeses) que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas, que em função do capital e da tecnologia foram negligenciadas como opção na produção limpa de alimentos. (CALDART, 2012, p. 57).

Cabe citar Caldart (2012, p.61):

[.] muito embora não exista produção ‘fora da natureza’, o modelo da revolução verde e do agronegócio desenvolve-se com base em tecnologias ‘contra a natureza’, que bloqueiam ou impedem processos naturais que são a base do manejo agroecológico nos agro ecossistemas- como é o caso do uso de herbicidas, que bloqueiam ou mesmo fazem regredir a sucessão ecológica em determinado ambiente.

No bojo dessa visão produtiva, há uma visão de mundo e de sociedade, considerando o agronegócio como antagonista dessa visão. A produção coletiva e as ações sociais, derivadas de outro modo de produzir alimentos, permitem aos camponeses uma vida sem exploração e cercada de solidariedade. Sem o sistema de opressão do capital, as relações de produção se tornam fluidas e baseadas no bem comum. Os camponeses e sua forma de vida, com ciclos evolutivos naturais, respeito ao meio ambiente e ao outro, com a filosofia e a ética do cuidado, são a base do sistema cooperativo de produção agroecológica. Os movimentos sociais do campo, em particular a via camponesa e os movimentos dos trabalhadores sem-terra, lutam por um espaço para a produção agroecologia como alternativa ao agronegócio, destruição dos recursos naturais e exploração do povo do campo. Em sistema auto gestor e utilizando saberes tradicionais integrados aos tecnológicos, o camponês produz com segurança e deixa como legado uma terra mais saudável para o futuro próximo.

Ações de comunicação para um comércio justo

Após a etapa de produção orgânica, conscientização dos produtores sobre como a agroecologia se faz necessária para vida no campo, para o pequeno produtor, de base familiar, que todos os dias está com seus filhos, em contato com a terra, com as plantas. O próximo passo a ser dado seria o da comercialização desses produtos agroecológicos.



Porém, como vender algo que não é produzido de forma tradicional, como preparar o consumidor para receber esse produto em uma cidade que até então não havia sido tomada nenhuma iniciativa de produção orgânica. A equipe do projeto, juntamente com os produtores começou um processo de instrução desse consumidor, com pequenas ações de comunicação, divulgando releases sobre as ações do projeto no jornal local, informando na rádio local, sobre o horário das feiras e também informando da ausência de agrotóxicos nos produtos e os benefícios trazidos na ingestão de alimentos orgânicos.

Por outro lado os produtores foram instruídos a conversar com seus clientes, como o comercio ocorre de forma direta ao consumidor final, o tão conhecido *boca a boca* seria de grande valia para que a construção do conceito de produtor agroecológico fosse implantado. Aos poucos peças gráficas foram sendo produzidas para material de apoio ao ponto de venda como folder e banner.



Figura 1 Folder produzido pela equipe do projeto

Como peça principal de apoio às vendas, o folder trás informações essenciais para a fidelização dos clientes da feira, na análise da peça no topo traz a identificação do projeto como parceiro deste produtor, posteriormente com enfase, a informação de que a produção é feita sem veneno ocupa posição de destaque seguido da imagem dos produtos produzidos pela família. Concluindo a peça, as informações com horario das



feiras, local e dias, na parte inferior. A produção desta peça ocorreu para que fosse distribuída durante a venda, para que o cliente no momento em que precisasse tivesse informações acerca daquele produtor e o diferencial dele.

Para ter uma maior visibilidade o banner foi produzido com o intuito de identificação do ponto de venda, os produtores reforçando a imagem de produtores agroecológicos como parceiros da universidade e de forma mais singular, se preocupando com o que seu cliente consome.



Figura 2 Banner feito para um dos produtores.

Todas as peças, todas as ações realizadas pelo projeto tem sua divulgação em rede, tanto em *blog* quanto em *fan page*, afinal é disso que se trata a educomunicação, possibilitar que outras pessoas consigam replicar o mesmo trabalho feito na cidade de São Borja.

Movimento inverso, comunidade vem até a universidade

Durantes meses de trabalho semanal juntamente com os produtores, preparando-os para o mercado, com noções básicas de marketing para que o que fosse produzido na propriedade, de base agroecológica possuísse esse diferencial no momento da comercialização nas feiras livres, surgiu a necessidade de ampliar as ações, a partir da prática extensionista, da integração da academia com a comunidade, a equipe do projeto juntamente com os produtores se propôs a realizar feiras voltadas aos universitários. Para tanto, uma pesquisa de consumo foi realizada com os universitários do campus São Borja, com a intenção de descobrir a viabilidade da realização de feiras itinerantes nos arredores da universidade. Com um feedback positivo, a proposta foi aprovada. Além das feiras realizadas pela cidade, agora os produtores também possuem contato com os



universitários. Os ganhos são mútuos, através da pesquisa, foi possível descobrir questões como os hábitos alimentares dos estudantes, que muitas vezes, por não morarem com a família e possuírem uma rotina agitada, acabavam por se alimentar de maneira errada, que pode ser transformada graças a feira na universidade.



Figura 3 Feira realizada na UNIPAMP

Cada vez mais a interação da comunidade acadêmica vem se fundindo, concretizando a prática extensionista. Os produtores por sua vez, vem se tornando autônomos do sistema de grandes capitais. Através da produção e comercialização dos seus produtos nas feiras conquistam sua estabilidade financeira, possibilitando cada vez mais possam investir na sua propriedade.

Considerações provisórias fundamentais

A vida no campo é difícil. Todas as contradições do sistema capitalista estão personificadas nas relações de exploração e opressão às quais os sujeitos do campo estão submetidos. O sistema social faz o mínimo, há desconhecimento das lutas no campo pela sociedade, gerando discriminação. O sistema escolar não reconhece a especificidade de formação para o campo e cria uma escola “urbana” para os camponeses. As práticas de produção sustentável são vistas como não-rentáveis e atrasadas, o mercado de defensivos e herbicidas químicos gera doenças para quem as utiliza. São fortes os entraves para uma produção limpa, sustentável e solidária. Ainda assim, o território camponês é repleto de riqueza humana, fartura alimentar, simplicidade e solidariedade. Os povos do campo se descobrem sujeitos políticos por intermédio de grupos como o MST e a Pastoral da Terra, e graças ao engajamento de educadores e educadoras que fizeram do campo seu espaço



de sociabilidades e troca de saberes. Este projeto está buscando a intensa aproximação da universidade com a produção de conhecimento do campo. Entender a cultura dos assentados e das pequenas propriedades é uma forma de aprendermos outros conteúdos para a criação de uma nova ordem social. Estamos, neste momento, no meio do caminho. Porém, cremos que o maior passo foi ter conseguido entrar, sem preconceitos e com os olhos abertos e cheios de gratidão, por esta forma de produção da vida. A agroecologia é pano de fundo para a criação de um modo de relação social mais solidária e comprometida com a preservação do meio ambiente. Criar uma rede de produção orgânica a partir da troca de saberes, por meio da comunicação, educação e das ciências da terra, é um desafio que se impõe a partir do comprometimento político da equipe multidisciplinar e cooperativa.

Referências bibliográficas:

- BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 jul. 1996.
- CALDART, Roseli Salete (Org.) **Dicionário de educação no campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CARNEIRO, Maria Josá; MALUF, Renato (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados básicos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431800>>. Acesso em: 25 jul. 2013.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p.32-38.
- MÉSZÁROS, I. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- GONZALES, Luciele. **Linguagem Publicitária: análise e produção**. São Paulo: Arte & Ciência, 1º reimpressão 2012'